



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1004474-26.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Prestação de Contas - Exigidas - DIREITO CIVIL**
 Requerente: **Célia Marli Batista**
 Requerido: **Vasco Violante Neto**

Juiz de Direito: **Dr. Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

CELIA MARLI BATISTA propõe ação de prestação de contas contra **VASCO VIOLANTI NETO**, curador de CLARICE ONOFRE VIOLANTE.

Alega a autora, em síntese, que o requerido obteve êxito judicialmente na interdição de sua genitora, se tornando seu curador. Assevera que desconhecia a patologia da curatelada, ficando surpresa com a atitude do irmão (requerido). Alega, ainda, que após a concessão da curatela, o requerido vem dificultando as visitas, além de ter ingressado com uma outra demanda de prestação de contas e de recebimento de aluguéis, referente à renda de aluguéis dos imóveis em nome da curatelada. Pleiteia a prestação de contas dos valores referentes a pensão por morte que a curatelada recebe, benefício nº 150.927.591-3, assim como os demais gastos.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 09/14.

O réu, devidamente citado (fl. 24), apresentou defesa na forma de contestação (fls. 25/47). Aduziu que nunca se negou a prestar contas, e que jamais pediu ajuda de seus irmãos, tendo ingressado com a demanda de interdição, oportunidade na qual declarou todos os bens da curatelada. Juntou extrato comprovando a renda mensal da curatelada pelo INSS (R\$ 1.706,00) e de alguns depósitos bancários.

Réplica às fls. 48/56, noticiando o óbito da curatelada ocorrido em 02/07/2015 e requerendo o julgamento das contas.

Às fl. 59, o Ministério Público deixou de intervir.

O requerido juntou mais documentos (fls. 64/237), como últimas declarações de imposto de renda, extrato do pagamento dos benefícios, demais gastos, e comprovante de venda de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

seu veículo.

É o relatório.
Fundamento e decidido.

O feito comporta julgamento no estado, nos termos do artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil.

No caso, o requerido exerceu o *munus* de curador de sua genitora, consoante de denota à fl. 30, recebendo benefício previdenciário.

E é fato incontroverso nos autos que a autora é filha de Clarice Onofre Violante e que esta veio a ser interditada.

Estabelece o artigo 914, do Código de Processo Civil, que a ação de prestação de contas competirá a quem detiver o direito de exigí-las ou a obrigação de prestá-las. Nélson Nery Júnior e Rosa Maria Andrade Nery, em comentários ao artigo 914, do Código de Processo Civil, em sua obra “Código de Processo Civil Comentado e Legislação Processual Civil Extravagante em Vigor”, ed. Revista dos Tribunais, observam que:

“3. Quem deve prestar contas. São várias as hipóteses, dentre tantas, em que a Lei fixa o dever de prestação de contas: a) administrador judicial (C.P.C., 727 e 728); b) Advogado (EOAB 87, XX); c - Curador (C.C. 434 e 453; C.P.C. 919); d - Curador da Herança Jacente (C.P.C. 1.144, V); e - Gestor de Negócios (C.C. 1.331); f - Inventariante (C.P.C. 991, VII, 919); g - Mandatário (C.C. 1301)...” (Ob. cit. pág. 955).

O dever do curador em prestar contas decorre, portanto, de disposição expressa de lei.

Na hipótese, existe uma obrigação do requerido em prestar as contas, já que exerceu a curatela de sua genitora.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Nesse sentido, sobre a prestação de contas, **MOACIR AMARAL SANTOS** leciona que:

“É princípio de direito universal que todos aqueles que administram ou têm sob sua guarda, a qualquer título, bens alheios, devem prestar contas. Desse princípio segue que o obrigado a contas se presume devedor enquanto não presta-las e foram havidas por boas” (Ob. cit. Ed. Limonad, 1.958, t. II, nº 58, pág. 350; JTACSP 50/71 e RJTJESP 95/185).

Na hipótese dos autos, se verifica que a autora não possui perfeita compreensão das contas administradas pelo curador de sua genitora.

A ação de prestação de contas possui duas fases distintas, sendo que na primeira se impõe que o Juiz decida se o réu, que contestou a obrigação de prestar, está obrigado a isto. Depois, apura-se o *quantum* do débito ou do crédito (RT 495/233).

Desta forma, na primeira fase do processo não existe julgamento do mérito das contas, mas apenas decisão a respeito de estar o réu ou não obrigado a prestá-las.

A resposta a tal indagação é positiva, para fins de julgar procedente a primeira fase desta ação, pelos fundamentos já expedidos.

O encargo assumido pelo requerido traz consigo ônus e agora, havendo pedido de interessado legitimado, deve a parte cumprir a sua obrigação legal.

Assim, **JULGO PROCEDENTE** o pedido formulado, para condenar o requerido a prestar as contas reclamadas na inicial, de forma contábil, no prazo de 48 horas, sob pena de não lhe ser lícito impugnar as que o autor apresentar, de acordo com o artigo 915, § 2º do Código de Processo Civil.

Sucumbente nesta primeira fase da prestação de contas, arcará o réu com as custas, despesas processuais e honorários advocatícios do patrono da autora, que arbitro, na



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

forma do artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil, em R\$ 1.000,00.

P.R.I.

São Carlos, 28 de setembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**